

20.  
De 1166<sup>25</sup>  
FERNANDO DE PAMPLONA

**VORONOFFS**  
DA  
**DEMOCRACIA**

RESPOSTA AO LIVRO-  
-MANIFESTO DA RENO-  
VAÇÃO DEMOCRÁTICA



151, RUA DO SALITRE, 153  
L I S B O A



**DEP. LEG.**

*Se*  
*25*  
*11166*

FERNANDO DE PAMPLONA



**VORONOFFS** N. 123922

DA

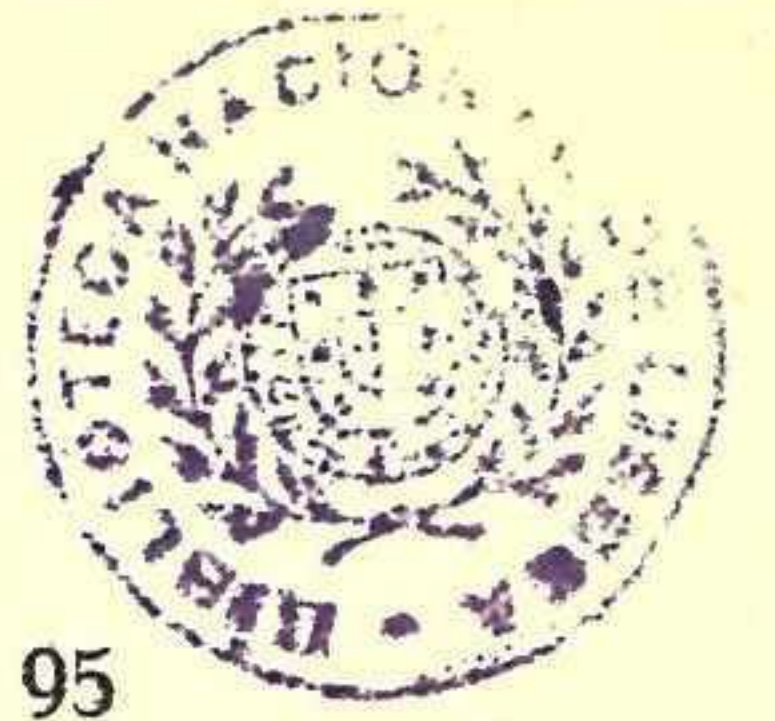
**DEMOCRACIA**

RESPOSTA AO LIVRO-  
-MANIFESTO DA RENO-  
VAÇÃO DEMOCRÁTICA



L I S B O A





Pelo artigo 104.º do Estatuto da Democracia, «a nação é constituída por comunas, a federação das comunas forma os municípios; a federação dos municípios forma as províncias». A descentralização administrativa é um bem desde que haja um Estado forte, capaz de a levar a cabo e de neutralizar os riscos de desagregação que porventura ofereça. Mas uma democracia humanitária e idealista, que põe à cabeça do Estado, não um chefe responsável, nem mesmo um chefe nominal, mas simplesmente uma câmara electiva e um conselho de arcontes, nunca poderia fazer a descentralização administrativa, porque: 1.º, as exigências inexoráveis do mecanismo eleitoral a levariam fatalmente a centralizar cada vez mais; 2.º, a carência da unidade de comando não lhe permitiria conjugar eficazmente, em ordem ao interêsse geral, os esforços dispersos dos organismos comunais e municipais. E' de resto lícito pôr em dúvida a sinceridade do projecto de descentralização municipalista, depois de se ter lido, na página 199 do manifesto, a seguinte sibilina frase: «A descentralização por serviços, mais do que a descentralização por territórios, deve adequar o Estado ao ritmo da vida contemporânea». A descentralização territorial, preconizada pela doutrina nacionalista, sobrepõem a «descentralização por serviços», que é uma solução meramente burocrática e inoperante.

Tal é o mísero castelo de cartas que, com um piparote, se deitou por terra. E grande favor foi êsse piparote, porque, mesmo sem êle, o castelo de cartas caíria por si só, com maior desespêro e arrelia dos pálidos «renovadores», que não teriam sequer a quem atribuir as culpas da catástrofe...

### XIII — Conclusões

A obra criticada é tão medíocre, tão pobre de ideias, de lógica e de siso que teríamos até receio da incrudelidade do leitor se não houvéssemos, com suma prudência, esmaltado a nossa prosa de abundantes citações. Quisemos sobretudo ser leais e



honestos na crítica, — tão leais e tão honestos como desejamos que o seja connosco a crítica adversa.

A uma teoria delirante e absurda opusemos a eloqüencia dos factos e a límpida verdade da nossa doutrina. Da comparação entre duas ideologias diametralmente opostas, do leal confronto das ideias e dos textos, ressaltou com nitidez a clara razão que nos assiste. É assim, ao lado da crítica justiceira e demolidora, fomos alinhando os princípios fecundos da reconstrução e da vida.

Que nos não acusem pois de havermos apenas criticado, sem nada construir. Seria grave injúria. De feito, o ideário nacionalista, na sobriedade das suas linhas magestosas, é de sobejo conhecido: ao centro da nação orgânica, êle põe um Estado forte e livre, com seu gládio tutelar; na periferia, as justas liberdades; — e afirma a vitória de Portugal eterno, gloriosamente reconduzido ao caminho direito da sua tradição e do seu génio. A obra renovadora está já felizmente iniciada pelo grande estadista que se chama Salazar, em cujos monumentos oratórios há a essência da doutrina do resgate e o germe fecundo das realidades futuras.

Não nos compete opor ao Estatuto da Renovação Democrática um outro da nossa lavra, porque temos — ainda bem! — a justa noção do ridículo. De resto, êsse inglório trabalho já está feito sob a forma duma Constituição Política, que obteve a sanção democrática das urnas e que — temos esperança — o tempo se encarregará de aperfeiçoar e depurar.

Como novos de Portugal, cumpre-nos sòmente apontar à mocidade o seu caminho. Temos uma doutrina, temos um chefe. A obra de ambos, já maravilhosa, mas ainda embrionaria, é a melhor prova da pura verdade portuguesa que de ambos irradia. Essa obra é também a sentença de morte da anti-nação, que, sob disfarces novos, tenta ainda restaurar um passado tenebroso, cheio de mentiras, de ruínas e de ídolos funestos.

#### XIV — Oração a Minerva

Está feita justiça. Acalmou se com o sacrifício a ira da Minerva. Que a deusa clara, invocada pelos gregos sob o nome de Atenia, ilumine os que atentaram contra a sua lei sagrada. *Amen.*